

IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DE PROFESSORES ESCOLARES NA APLICABILIDADE DA LEI LUCAS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA¹

Ana Paula Gomes Soares Lazarini²

Tobias Divino dos Santos³

RESUMO

A Lei nº 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas, estabelece a obrigatoriedade de treinamento em primeiros socorros para professores e funcionários de instituições de ensino e de entretenimento infantil. Este estudo, através de uma revisão integrativa da literatura, analisou a importância do conhecimento dos professores sobre a aplicabilidade desta lei. O método incluiu a definição da questão norteadora, busca sistemática nas bases de dados LILACS, BDNF e Medline, seguida de seleção e análise crítica de estudos relevantes publicados entre 2018 e 2023. Os resultados indicaram uma consciência variável sobre a Lei Lucas, com muitos educadores ainda carecendo de treinamento adequado e outros já demonstrando uma adaptação positiva às exigências da lei. No entanto, a falta de uniformidade na implementação e o conhecimento insuficiente sobre técnicas de primeiros socorros foram desafios comuns. Conclui-se que, apesar dos esforços em andamento, a capacitação em primeiros socorros nas escolas precisa ser mais abrangente e sistemática para garantir a segurança dos estudantes. Estudos futuros devem focar em avaliar o impacto das capacitações e explorar novas metodologias de ensino para otimizar a preparação dos educadores em face de emergências escolares.

Palavras chaves: Primeiros socorros, professores escolares, enfermagem

1 INTRODUÇÃO

A Lei nº 13.722, de 04 de outubro de 2018, também denominada Lei Lucas, estipula a necessidade da instrução em noções básicas de socorro inicial para docentes e colaboradores de estabelecimentos de ensino das esferas pública e privada do ciclo educacional fundamental, bem como de locais de entretenimento infantil. Seu intuito consiste em elevar a segurança de crianças e jovens nas dependências escolares ou recreativas, proporcionando o conhecimento indispensável para que os profissionais possam enfrentar circunstâncias emergenciais (BRASIL, 2018).

Esta Lei surgiu em decorrência de uma fatalidade que ocorreu no ano de 2017 com um menino de 10 anos de idade, conhecido como Lucas Begalli, estudante de uma escola particular de Campinas/SP, onde, durante um passeio escolar, sofreu engasgamento com alimento servido, vindo a óbito dois dias depois do ocorrido. Em depoimento no ano de 2021 a mãe da criança,

¹Trabalho de conclusão apresentado à Libertas – Faculdades Integradas, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Enfermagem.

²Graduando em Enfermagem pela Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: paulinhamarcelo25@gmail.com.

³Professor-orientador. Mestre em Ciências da Saúde. Docente na Libertas – Faculdades Integradas – E-mail: tobiassantos@libertas.edu.br

fala da sua luta para ressignificar a morte de seu filho único, de acordo com ela, não havia nenhum profissional capacitado para prestar o serviço de primeiros socorros no caso em referência (RODRIGUES et al., 2022).

Contudo, é evidente uma redução na quantidade de instituições de ensino público que dispõem de equipes devidamente capacitadas para oferecer assistência inicial, englobando competências como a reanimação cardiopulmonar (TINOCO; REIS; FREITAS, 2014). Além disso, a literatura respalda a constatação de que professores muitas vezes carecem de conhecimento sobre as abordagens adequadas para lidar com várias situações de acidentes escolares (SILVA et al., 2017).

Face à falta de capacitação dos profissionais que trabalham na área educacional, a resolução de problemas em incidentes torna-se ainda mais desafiadora (LEITE et al., 2018). A princípio, é fundamental destacar que um educador desprovido de formação adequada pode prestar assistência inadequada, o que poderia agravar a situação.

O enfermeiro, devido à sua formação superior e vasto conhecimento em educação para a saúde, emerge como o profissional mais indicado para conduzir atividades educacionais nas escolas acerca da temática. A literatura ressalta a importância da prevenção de acidentes escolares e enfatiza a necessidade de capacitação e ensino, destacando o papel do enfermeiro como promotor da saúde no ambiente escolar (TINOCO; REIS; FREITAS, 2014).

Além disso, como observado por Tinoco, Reis e Freitas (2014), a educação em saúde está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento de conhecimentos e habilidades fundamentais, bem como ao fortalecimento do senso de identidade, autonomia, solidariedade e responsabilidade dos indivíduos em relação à sua própria saúde e à da comunidade. Ela engloba conhecimentos, aptidões e atitudes, fornecendo informações de alta qualidade.

Dessa forma, a escola se configura como um local privilegiado para atividades de educação em saúde e prevenção de doenças, enfatizando a importância de cultivar em cada indivíduo a capacidade de enfrentar os desafios do dia a dia, incentivando atitudes e comportamentos apropriados para melhorar a qualidade de vida da comunidade escolar (BRASIL, 2011).

Sendo assim o estudo mostrou-se relevante para analisar a importância da aplicabilidade da Lei Lucas para professores escolares, para que eventos como o ocorrido com a vítima cuja lei foi criada com o intuito que ocorrências como está não volte a acontecer e para que assim os profissionais envolvidos possam ter o mínimo de preparo para atuar em situações dessa magnitude.

Desse modo buscamos responder a seguinte questão de pesquisa, qual a importância do conhecimento de professores escolares na aplicabilidade da Lei Lucas?

2 OBJETIVO

Analisar a importância do conhecimento dos professores escolares na aplicabilidade da Lei Lucas através de uma revisão integrativa da literatura.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, a fim de responder o objetivo proposto, sendo tal revisão uma alternativa de pesquisa que se propôs analisar e buscar as publicações referentes a determinado tema. Proporciona um saber crítico, tomada de decisão e conduta, fundamentados em resultados relevantes de pesquisa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

O presente estudo foi realizado em seis etapas: 1) elaboração da questão de pesquisa; 2) busca na literatura; 3) categorização dos estudos selecionados; 4) avaliação crítica; 5) interpretação dos resultados e; 6) apresentação da síntese do conhecimento (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

A partir da identificação do tema, definiu-se a questão norteadora do estudo: qual a importância do conhecimento de professores escolares na aplicabilidade da Lei Lucas?

A pesquisa foi desenvolvida no mês de janeiro de 2023, na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Bases de Dados de Enfermagem (BDENF); Medline. Para isso, foi utilizado os descritores e palavras chaves: primeiros socorros, professores escolares, enfermagem pertencentes aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e representando a temática do estudo. Tais descritores estão definidos no DeCS como:

- Primeiros socorros: Medidas específicas de socorro imediato a uma vítima, desenvolvidas por pessoal adestrado, enquanto se aguarda a chegada do médico ou equipe especializada que a conduza ao hospital.
- Professores escolares: Membros do quadro de funcionários responsável pelo ensino em escola que vai do ensino infantil até o ensino médio.
- Enfermagem: Campo da enfermagem voltado para a promoção, manutenção e restauração da saúde.

Foi realizada busca com cada um dos descritores isoladamente e busca cruzada entre eles: Primeiros socorros x professores escolares x enfermagem.

Em seguida foi realizado a coleta de dados e para a escolha dos artigos primeiramente ao colocar os descritores, foi lido os títulos dos artigos e separados aqueles que estarão de acordo com o tema abordado, em seguida foi lido os resumos dos artigos e incluídos ou não de acordo com os critérios de inclusão e exclusão da pesquisa.

Utilizou-se como critério de inclusão artigos completos disponíveis online de maneira gratuita, publicados entre os anos de 2018 a 2023, artigos em português, artigos sobre a aplicabilidade da Lei Lucas em escolas. Foi excluído: artigos incompletos, que não estarão disponíveis gratuitamente online, que não respondam ao ano de publicação exigido de 2018 a 2023, que não estejam em português, e que não falem da aplicabilidade da Lei Lucas em escolas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1. Síntese dos estudos incluídos na revisão integrativa. São Sebastião do Paraíso, MG, Brasil, 2024

ORDEM	TÍTULO DO ARTIGO	TIPO DE PESQUISA	OBJETIVO	AUTORES E ANO
1	Avaliação do conhecimento sobre a lei Lucas e sua aplicabilidade: estudo piloto na rede de ensino	Estudo piloto com uma abordagem qualitativa/quantitativa	Avaliar o conhecimento sobre Primeiros Socorros e aplicabilidade da Lei Lucas no Município de Mogi Guaçu, São Paulo	MANTOVANI et al. (2023)

	pública do ensino infantil e fundamental			
2	Conhecimentos de professores do ensino fundamental acerca de primeiros socorros.	Estudo de abordagem quantitativa, de caráter transversal, analítico	Avaliar o conhecimento dos professores do ciclo fundamental I no atendimento de urgência/emergência em ambiente escolar.	HADGE, R. B. et al. (2023).
3	Capacitação em primeiros socorros para profissionais da educação baseado na “Lei Lucas”: relato de experiência.	Relato de experiência	Realizar um relato de experiência acerca de capacitações realizadas em primeiros socorros para educadores baseada na lei Lucas	FARIAS; PAULA; TENÓRIO (2023)
4	Conhecimento dos professores de uma escola pública acerca dos primeiros socorros.	Estudo de campo, descritivo de abordagem qualitativa	Analisar o conhecimento prévio dos professores do ensino fundamental e médio sobre primeiros socorros.	BEZERRA; VERAS FILHO; MAGALHÃES (2023).
5	A importância das oficinas de primeiros socorros após implantação da lei Lucas: a vivência de um colégio	Pesquisa do tipo quali/quantitativa sendo aplicada por meio de uma entrevista semiestruturada	Avaliar o conhecimento dos professores e servidores do colégio após a aplicação das oficinas de primeiros socorros, baseado na implementação da Lei Lucas.	MORENO; FONSECA (2021)

Fonte própria do autor.

Mantovani et al. (2023) relata que após a aplicação de um questionário semiestruturado em Mogi Guaçu, São Paulo, a maioria dos participantes estava ciente da existência da Lei Lucas e muitos já haviam recebido algum treinamento em primeiros socorros. No entanto, todos os participantes expressaram a necessidade de treinamento adicional, sublinhando a importância de se manter atualizado sobre as práticas de primeiros socorros. O estudo demonstra uma recepção positiva e reconhecimento da Lei Lucas entre os profissionais da educação, mas também aponta para a necessidade contínua de capacitação para garantir a eficácia na aplicação da lei no ambiente escolar.

Hadge et al. (2023) relatam uma lacuna significativa no conhecimento dos professores sobre primeiros socorros dentro do ambiente escolar, em Marília, São Paulo. A pesquisa, que envolveu 269 professores do ensino fundamental I, revelou que 53,2% dos professores já se depararam com situações de urgência, mas apenas 11,9% atuaram com segurança. Destacou-se que menos da metade (42,7%) recebeu conteúdo relacionado durante a graduação, e uma grande maioria (68,8%) afirmou nunca ter recebido treinamento específico sobre prevenção de acidentes escolares e primeiros socorros. Esses dados sublinham a necessidade urgente de treinamentos e capacitações focadas nas realidades emergenciais escolares, especialmente considerando a promulgação da Lei Lucas, que exige formação em primeiros socorros para professores e funcionários de instituições educacionais. Os resultados evidenciam a discrepância entre a exigência legal e a prática atual nas escolas, apontando para a necessidade de esforços conjuntos para melhorar a preparação dos educadores para lidar com emergências, garantindo assim a segurança e o bem-estar dos estudantes.

Farias, Paula e Tenório (2023) descrevem a implementação de um programa de treinamento em primeiros socorros para educadores em Alagoas, motivado pela Lei Lucas. Antes das capacitações, observou-se uma lacuna significativa no conhecimento dos participantes sobre primeiros socorros, revelando a necessidade crítica de tais treinamentos. Posteriormente, houve um aumento notável na compreensão e no interesse dos educadores pelo assunto, indicando um impacto positivo das sessões de capacitação. Este relato destaca a importância da Lei Lucas não apenas como um mandato legal, mas como um instrumento vital para o aprimoramento das habilidades em primeiros socorros entre os profissionais da educação, contribuindo significativamente para a segurança e o bem-estar dos estudantes no ambiente escolar.

O trabalho realizado por Bezerra, Veras Filho e Magalhães (2023) em Fortaleza, Ceará, explora o conhecimento prévio dos professores do ensino fundamental e médio sobre primeiros socorros. Os autores concluem que, embora alguns professores possuam um conhecimento básico sobre o tema, há uma lacuna significativa na preparação e confiança para lidar com emergências. Este resultado sugere uma necessidade urgente de treinamento e capacitação, em linha com os objetivos da Lei Lucas, enfatizando a importância de programas de formação contínua em primeiros socorros para os educadores, garantindo assim a segurança e bem-estar dos alunos no ambiente escolar.

Moreno e Fonseca (2021) destacam a experiência positiva de um colégio com a implementação da Lei Lucas, enfatizando o impacto significativo das oficinas de primeiros socorros na melhoria do conhecimento e habilidades dos professores e funcionários. Os autores observam que, após a participação nas oficinas, houve um aumento notável na confiança e na capacidade dos participantes de agir em emergências, demonstrando a eficácia do treinamento oferecido. Esses resultados reforçam a importância da Lei Lucas em promover um ambiente escolar mais seguro, através da educação continuada em primeiros socorros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão integrativa destacou a relevância da Lei nº 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas, no contexto educacional brasileiro. A necessidade de capacitação em

primeiros socorros para educadores e colaboradores em escolas é não apenas uma exigência legal, mas também uma medida crucial para garantir a segurança e o bem-estar de crianças e adolescentes em ambientes escolares e de recreação.

Os estudos analisados demonstram uma conscientização variável sobre a Lei Lucas e suas implicações práticas, revelando tanto avanços quanto lacunas significativas no conhecimento e na preparação dos professores para lidar com emergências. A implementação desta lei não se mostra uniforme, e a capacitação em primeiros socorros ainda é uma necessidade premente, como mostrado pelos dados coletados em diversas regiões do país.

A literatura ressalta a importância dos enfermeiros como agentes capacitadores nas escolas, dado o seu conhecimento especializado em saúde. A educação em primeiros socorros, mais do que um requisito, deve ser vista como parte integrante da formação contínua dos profissionais de educação, reforçando a segurança e promovendo um ambiente de aprendizado mais protegido.

Através desta revisão, fica evidente a necessidade de políticas mais robustas e de um acompanhamento mais efetivo da aplicação da Lei Lucas, assegurando que todos os educadores e funcionários recebam treinamento adequado e recorrente. Isso não apenas cumprirá um mandato legal, mas também empoderará os profissionais da educação com as competências necessárias para responder a emergências de forma eficaz, salvaguardando assim a vida e a integridade física dos estudantes.

Portanto, é imprescindível que o governo, em conjunto com as instituições de ensino, reforce a implementação da Lei Lucas através de iniciativas sustentadas que incluam treinamentos regulares, avaliações de competência e atualizações constantes sobre técnicas de primeiros socorros. A integração deste tipo de formação na cultura escolar não apenas atenderá aos requisitos legais, mas também fomentará uma comunidade escolar mais consciente e preparada para enfrentar desafios emergenciais. A segurança dos estudantes deve ser sempre uma prioridade, e a Lei Lucas é um passo fundamental nessa direção.

Para expandir a compreensão e eficácia da Lei Lucas, estudos futuros poderiam investigar o impacto longitudinal das capacitações em primeiros socorros sobre a segurança dos estudantes em escolas de diversas regiões do Brasil. Seria relevante realizar análises comparativas entre escolas que implementaram rigorosamente a lei e aquelas que ainda enfrentam desafios em sua aplicação. Além disso, pesquisas focadas no desenvolvimento e na avaliação de métodos de ensino inovadores para treinamento em primeiros socorros, incluindo tecnologias educacionais como simulações virtuais e realidade aumentada, poderiam fornecer insights valiosos sobre abordagens mais eficazes. Por fim, estudos que explorem as percepções e experiências dos alunos em relação à segurança escolar e ao conhecimento de primeiros socorros também enriqueceriam o diálogo sobre como a legislação afeta diretamente a comunidade estudantil.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, L. F. DE M.; VERAS FILHO, R. N.; MAGALHÃES, A. H. R. Conhecimento dos professores de uma escola pública acerca dos primeiros socorros. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 3, p. e23712340778, 14 mar. 2023.

BRASIL **Lei 13.722 de 4 de outubro de 2018**. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Brasília (DF): Ministério da Educação; 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde – UNA-SUS, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – **UNA-SUS/UERJ**. Emergências relacionadas ao aparelho respiratório. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/2549?show=full>>. Acesso em: 15 jul. 2023.

FARIAS, L. dos A.; PAULA, N. A. G. de; TENÓRIO, H. A. de A. Capacitação em primeiros socorros para profissionais da educação baseado na “Lei Lucas”: relato de experiência. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasil, São Paulo, v. 6, n. 13, p. 1906–1921, 2023.

HADGE, R. B. et al. Conhecimentos de professores do ensino fundamental acerca de primeiros socorros. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 32, p. e20230029, 25 set. 2023.

LEITE, S. N. L. Primeiros socorros na escola: conhecimento da equipe que compõe a gestão educacional. **Temas em Saúde**. Edição especial, s/n. 2018.

MANTOVANI, J. L.; MAZZIERO, P. F. E.; BARBIERI, M. R. B.; CARAM, A. L. A.; RICCI, W. Z.; FRISANCO, F. M. Avaliação do conhecimento sobre a lei Lucas e sua aplicabilidade: estudo piloto na rede de ensino pública do ensino infantil e fundamental. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, [S. l.], v. 27, n. 4, p. 1946–1961, 2023.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, C. D. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, 17, n. 4, out/dez 2008., p. 758-764 Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71411240017>. Acesso em: outubro 2022.

MORENO, S. H. R.; FONSECA, J. P. S. A importância das oficinas de primeiros socorros após implantação da lei Lucas: a vivência de um colégio. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 2, p. 4661–4674, 8 mar. 2021.

RODRIGUES, A. O. et al. Primeiros socorros no contexto escolar: a importância da lei Lucas para a formação de professores. **Salão Do Conhecimento**, v. 8, n. 8, 2022. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/22>. Acesso em: 10 ago. 2023.

RODRIGUES, M.; TEIXEIRA, J.; NASCIMENTO, P.; CARVALHO, S.; GONÇALVES, A.; ALMEIDA, J.; RIBEIRO, C. Aspiração de corpo estranho na criança: um perigo escondido. **Nascer e Crescer, Porto**, v. 25, n. 3, p. 173-176, set. 2016.

SILVA, L. G. S. et al. Primeiros socorros e prevenção de acidentes no ambiente escolar: intervenção em unidade de ensino. **Enfermagem em Foco**, v. 8, n. 3, p. 25-29, 2017. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/893/394>.. Acesso em: 30 ago. 2023

SOUZA, M. T. D.; SILVA, M. D. D.; CARVALHO, R. D. Revisão integrativa: o que é e como fazer, 8, n. 1, 2010., p. 102-106 Disponível em:

[TINOCO, V. A.; REIS, M. M. T.; FREITAS, L. N. O enfermeiro promovendo saúde como educador escolar: atuando em primeiros socorros. **Revista Transformar, Rio de Janeiro**, v. 1, n. 6, p. 104-113, 2014.](https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=pt#:~:text=A%20revis%C3%A3o%20integrativa%20determina%20o,cuidados%20prestados%20ao%20paciente(%201. Acesso em: 23 set. 2023.</p></div><div data-bbox=)